

A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NA OBRA “A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO” E O CONCEITO DE TRABALHO PARA O FRANCISCANISMO À LUZ DE GIORGIO AGAMBEN

Joan Helder de Jesus Santos¹

RESUMO: O presente artigo tem como característica fundamental a análise do conceito de trabalho na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e o conceito de trabalho bem como pobreza no debate franciscano ocorrido no século XIII. Com efeito, o debate acerca das questões proeminentes do espírito do capitalismo nos tempos atuais está sendo levantado por muitos estudiosos principalmente na área da filosofia política e da sociologia da religião. De outro modo, é comum entre os filósofos medievais disputas acerca de problemas sobre questões políticas tais como poder e domínio. De fato, é relevante a investigação de como estas questões acerca do trabalho, poder e domínio nos medievais ressoam ainda nos tempos hodiernos. Pretendemos investigar neste artigo a diferença dos conceitos de trabalho entre o movimento franciscano e o protestantismo. Recorreremos principalmente ao debate sobre a pobreza na escola franciscana² de filosofia que ocorreu no século XIII, com João XXII e Guilherme de Ockham.

Palavras-chave: Trabalho. Franciscanos. Protestantismo. Capitalismo. Pobreza. Vocação.

THE CONCEPTION OF WORK IN THE WORK "PROTESTANT ETHICS AND THE SPIRIT OF CAPITALISM" AND THE CONCEPT OF WORK FOR FRANCISCANISM IN THE LIGHT OF GIORGIO AGAMBEN

ABSTRACT: This article has as fundamental characteristic the analysis of the concept of work in the work *Protestant Ethics and the Spirit of Capitalism* and the concept of work as well as poverty in the Franciscan debate occurred in the thirteenth century. Indeed, the debate about the prominent issues of the spirit of capitalism in the present times is being raised by many scholars mainly in the area of political philosophy and the sociology of religion. Otherwise, it is common among medieval philosophers to quarrel about problems on political issues such as power and domination. Indeed, it is relevant to investigate how these questions about work,

¹Seminarista franciscano. Estudante do curso de Filosofia. Instituto São Boaventura. Brasília, DF. Brasil. E-mail: joanhelderba@gmail.com

²O debate era acadêmico, estava situada nas universidades. Foi uma discussão intensa na qual o pontífice João XXII escreveu exaustivamente contra os frades e de outro lado Ockham, que era frade, respondia com veemência.

power, and dominance in the medieval still resonate in modern times. We intend to investigate in this article the difference of the concepts of work between the Franciscan movement and Protestantism. We will focus mainly on the debate on poverty in the Franciscan school of philosophy that took place in the thirteenth century, with John XXII and Guillaume de Ockham.

Key-words: Work. Franciscans. Protestantism. Capitalism. Poverty. Vocation

INTRODUÇÃO

É indispensável, para uma análise crítica da pós-modernidade e os efeitos colaterais do capitalismo, não pensar como as igrejas³ e aqui preferiremos o uso do termo ética protestante e espírito capitalista intervém sobre a globalização. Faz-se mister analisar de forma concisa e perspicaz o porquê que existe uma maior participação dos protestantes na propriedade do capital e no giro da mesma; por quê estes estão à frente das multinacionais e na hierarquia superior do trabalho. É notório, portanto, que a “vocação” dos protestantes na obra de Weber à graça se dá, de certa forma, ao acúmulo de capital. Sabemos historicamente que o império mais desenvolvido pós-Reforma e as cidades que mais cresceram economicamente foram as que aderiram ao protestantismo, isto é, progrediram na graça deixando de ser como muitos afirmam retrógrados. Entretanto, a Igreja mesmo após a Reforma não perde poder e domínio sobre a vida cotidiana, mas substitui o poder vigente por uma nova forma de controle. Esta nova forma de controle, “equivaleu, isto sim, ao repúdio de um controle que era muito tênue na época, dificilmente perceptível na prática, porque pouco mais do que formal, em favor de uma regulamentação de toda a conduta, que penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais importuna e levada a sério⁴” (WEBER, 1981, p. 20).

Weber aponta que há uma diferença – na Bavária e na Hungria⁵ – entre o tipo de ensino que era propiciado por católicos e protestantes à sua prole. Segundo Weber, “a percentagem de católicos entre os estudantes e os formados nos

³É indispensável para o tema a ser trabalhado fazer uma breve história da religião protestante quanto a explicar sobre a Igreja Católica.

⁴WEBER, MAX. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsanyi. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Pioneira, 1981.

⁵ É importante frisar, que Weber pensa isto em sua época, para um melhor aprofundamento o leitor deve ler a monografia de Santiago Pich, referência se encontra no termino do estudo.

institutos de ensino superior ser geralmente inferior à proporção vigente na população total⁶ pode ser largamente explicados em termos de diferenças herdadas de riqueza” (Ibid, 21). Com a Reforma, a visão de trabalho muda completamente. Esta nova visão leva-o a um reconhecimento e é exatamente isto que exploraremos ao longo do nosso trabalho. Por outro lado, temos o movimento franciscano que surgiu em torno do século XII. No mesmo período surge as universidades de Bologna, Paris e Oxford. Junto com estas universidades surgiu, também, o que chamamos de escola franciscana de filosofia e teologia, especialmente nas Universidades de Oxford e Paris.

Francisco de Assis (1182 – 1226) nunca teve a intenção de fundar uma ordem, muito menos de fundar uma ordem de estudiosos, filósofos, catedráticos, ou até mesmo uma ordem de intelectuais. Francisco de Assis acolhia em seu meio somente aquele que desejava viver como ele, ou seja, “observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem nada de próprio e em castidade” (RB, 2005, p.62,). O ideal franciscano era a prática da caridade, a pregação do Evangelho, itinerância e uma vida voltada para a pobreza material com um desprendimento total dos bens mundanos, isto é, configurar a vida com a vida de Cristo e seus apóstolos.

Francisco de Assis foi um homem profundamente evangélico e não um intelectual, nem propôs o saber como missão essencial de evangelização para seus membros. Mas soube imprimir tal dinamismo espiritual e evangélico em seus seguidores que foi capaz de criar um estilo peculiar de viver, de habitar no mundo e de interpretar a própria vida e o que acontece nela e, a partir daí, a elaboração de um sistema filosófico-teológico característico da família franciscana⁷.

Entretanto, com o surgimento das universidades era imprescindível o estudo da Sagrada Teologia para a pregação. Não podemos esquecer que a pobreza era a pedra fundamental para a existência da Ordem enquanto Ordem mendicante. A partir de tais descrições, sendo que o objetivo desta pesquisa não é fazer um levantamento histórico sobre os franciscanos muito menos da Reforma, perceber-se-á que há uma contraposição entre os franciscanos e os protestantes.

⁶Em 1895, a população de Baden, tinha a seguinte composição: Protestantes, 37 por cento; católicos 61,8 por cento; Judeus, 1,5 por cento [...]. Ver notas do autor, número 8.

⁷MERINO, José Antonio. **Historia de la filosofia franciscana**. Madrid: BAC, p.17, 1993.

CONCEITO DE ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Para Max Weber, o espírito do capitalismo deve ser entendido como uma individualidade histórica que seria, portanto, um complexo de elementos que não estão dissociados da realidade histórica, que unimos em um ponto de vista e a um significado cultural. “Tal conceito histórico, entretanto, uma vez que se refere em seu conteúdo a um fenômeno significativo por sua individualidade única não pode ser definido segundo a fórmula *genus maximum, differentia specifica*, mas deve ser gradualmente estruturado a partir das partes individuais tomadas à realidade histórica que o institui⁸” (Idem, p.28).

Para definir a forma do capitalismo Weber orienta-nos que “tempo é dinheiro”, “crédito é dinheiro” e, “o dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais”. A pretensão de Max Weber é demonstrar uma ética, cuja infração não deve ser tratada como tolice, mas, sim, como um dever. Com efeito, aqui está a essência do problema. Percebemos hoje que a ideia ética de *summum bonum* está na obtenção de mais e mais dinheiro, que se entrelaça com o afastamento do gozo espontâneo da vida. De fato, fica nestas entre linhas um conceito conhecido por todos como o hedonismo e eudemonismo⁹ que é pensado como uma finalidade em si, finalidade esta irracional e transcendental.

O homem de tempos de outrora dominava toda a natureza e hoje é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição e estoque como finalidade última da vida. Há uma inversão de valores que é assim chamada por Weber de relação natural que é, portanto, “tão irracional de um ponto de vista ingênuo [...] quanto ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista” (Idem, p.33). O capitalismo não pode de forma alguma ser indefectivelmente coerente e completo. “Se é coerente com seus princípios, surgem problemas que não é capaz de enfrentar. Se ele tenta resolver estes problemas não pode fazê-lo sem cair na incoerência em relação a

⁸Grifo do autor.

⁹O conceito de eudemonismo pode ter vários significados. Segundo a ética, seria uma doutrina que acredita ser a busca da felicidade, ou seja, a causa de valores morais. Pela ciência, eudemonismo seria uma doutrina que, na procura pela felicidade ou por uma vida feliz, tem em consideração o indivíduo quanto o todo caracterizando assim, como benéficas as ações dos homens que vise a felicidade. Os estoicos e o epicurismo são doutrinas eudemonicas.

seus próprios pressupostos fundamentais”.¹⁰ Percebe-se aqui, aquilo que Karl Marx havia denominado como contradição do capitalismo¹¹.

CAPITALISMO COMO VOCAÇÃO

Antes de qualquer análise sistemática do capitalismo como vocação, é necessário recorrer ao significado do termo em destaque – vocação. Vocação é um termo derivado do latim – *vocare* – que significa chamar. É de certa forma, uma inclinação, uma tendência que o indivíduo tem a exercer determinada carreira ou profissão. Dentro da etimologia do termo em questão temos a vocação como: profissional ou religiosa. Aqui para um melhor estudo usaremos o termo vocação como sinônimo religioso. A vocação religiosa é um chamado de Deus para a práxis religiosa. Ser religioso, com efeito, é separar as coisas sacras das profanas. O capitalismo toma forma religiosa devido a uma superestrutura que o mantém, ou seja, a própria religião. Ela mantém o capitalismo devido ao fato de existir uma tríade, ou seja, mercado, igreja e mídia. Diferente do que Weber havia pensado sobre o desencantamento do mundo e até mesmo do próprio conceito de secularização, o capitalismo torna-se religião. O capitalismo nos tempos atuais serve à satisfação da religião. Segundo Walter Benjamin, a estrutura religiosa do capitalismo possui três traços fundamentais, são eles:

Em primeiro lugar, o capitalismo é uma religião puramente cultural, talvez até a mais extrema que jamais tenha existiu. Nele, todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto; ele não possui nenhuma dogmática, nenhuma teologia. Sob esse aspecto, o utilitarismo obtém sua coloração religiosa. Ligado a essa concreção do culto está um segundo traço do capitalismo: a duração permanente do culto. O capitalismo é a celebração de um culto *sans trêve et sans merci* [sem trégua e sem piedade]¹². Para ele, não existem "dias normais", não há dia que não seja festivo no terrível sentido da ostentação de toda a pompa sacral, do empenho extremo do adorador. Em terceiro lugar, esse culto é culpabilizador [verschuldend]. O capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador [verschuldenden]. Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa [Schuldbewusstsein] que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para

¹⁰BAUMAN, Zygmunt. Vida a Crédito. Trad. Alexandre Werneck. Ed. Zahar, 2010.

¹¹Para maior aprofundamento, conferir em O Capital.

¹²Conforme o tradutor, no original, está “sans rêve” [sem sonho], possivelmente um erro tipográfico, pois Benjamin alude aqui ao princípio dos senhores medievais de combater sem dó os infiéis.

torna-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, sobretudo, envolver o próprio Deus nesta culpa [Schuld], para que ele se interesse pela expiação¹³¹⁴.

A transcendência de Deus, portanto, decai. Todavia, Deus não está morto. Percebe-se que o capitalismo é uma religião onde o culto é culpabilizador, sem dogma, sem expiação. Segundo Benjamin, o capitalismo é um parasita do cristianismo de modo que no final das contas, a história do cristianismo é a de seu parasita, isto é, o capitalismo.

O CAPITALISMO COMO PARASITA¹⁵

Rosa Luxemburgo quando escreve sobre a “acumulação capitalista”, sustenta que o sistema não pode sobreviver sem economias “não capitalistas”. O capitalismo só pode sobreviver se houver necessariamente “terras virgens” que estejam abertas à exploração. Entretanto, ao explorar tais terras e conquista-las, o capitalismo priva-as de sua virgindade pré-capitalista, com efeito, exaure as fontes de sua própria alimentação. Bauman nos adverte que o capitalismo é um sistema *parasitário*. É certo que um parasita só prospera se o corpo onde ele estiver hospedado não estiver sido explorado e que o forneça alimento. Mas, ele não pode fazer isso sem que machuque o “hospedeiro”. O capitalismo sempre está a explorar e hospedar-se em terras que nunca foram conquistadas.

Não obstante disso, temos o racionalismo como um parasita que a sociedade pós-moderna enfrenta porque através deste sistema racional parasitário é que se desenvolveu a ideia de a divisão do trabalho ser uma vocação, que é, como assinalado acima, tão irracional que tem sido e ainda é um dos elementos essenciais da cultura capitalista. Rosa Luxemburgo afirma, que “nos países ultramarinos, sua primeira ação, ‘capital’, foi à subjugação e destruição das comunidades tradicionais, ato histórico-mundial que marca o nascimento do capital e

¹³Os termos que aparecem em Alemão, tradução nossa.

¹⁴Walter Benjamin ed. Boitempo, 2013.

¹⁵Biologicamente o parasita é um organismo que vive de e em outro organismo, obtém do mesmo alimento e causa-lhe danos.

desde então, jamais deixou de acompanhar a acumulação”¹⁶ (LUXEMBURGO, 2012 p.195, grifo nosso).

O CONCEITO DE TRABALHO NO PROTESTANTISMO

Trabalho em todo o caso pode ser definido como um esforço seja físico ou intelectual que é destinado a algum fim. O verbo “trabalhar” vem do latim vulgar *tripaliar*: que significa torturar com o *tripalium*. Este, deriva de *tripalis*, cujo nome vem de seu próprio fundamento gramatical: *três* e *palus* (pau, madeira ou lenho), que significava elemento de tortura de três paus. Contudo, o sentido evoluiu e tornou-se *laborar obrar*.

O trabalho como um valor é explicado por Weber a partir da Reforma, todavia, o trabalho não é o tema central de sua obra. A questão central de sua obra é o processo de racionalização ocidental que se manifesta no capitalismo. Contudo, a questão do trabalho através da religião é chave de compreensão da aurora do racionalismo ocidental.

Desde o início da Reforma surge uma compreensão espiritual do trabalho. O trabalho era indispensável para a vida biológica e social da humanidade, entretanto, era indesejável. Em Calvino, temos uma valorização do trabalho, todos devem trabalhar quem não trabalhava não deveria comer. O trabalho, conseqüentemente, seria um dever. Weber tem a sensibilidade de perceber que já no século XX os capitalistas protestantes são bem mais sucedidos que os católicos. Calvino, portanto, têm um interesse maior pela vida econômica e social dos indivíduos do que Lutero. Para Calvino, tudo deveria concorrer para a glória de Deus o trabalhador nas palavras de Calvino seria aquele que mais se assemelha a Deus. Se você trabalha a graça acontece, ou seja, é um sinal de que Deus está a abençoar. O trabalho é sum sinal de graça da parte de Deus. Temos aqui a materialização da graça. A partir disso, ele abandona a ideia do trabalho como fonte do pecado original. O trabalho, pelo contrário, tem uma força libertadora que tira o homem do sofrimento e torna-se uma oferenda agradável a Deus, portanto,

¹⁶JINKINGS, Ivana; SADER, Emir. **As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. Org; Trad. Paula Almeida... et al. – São Paulo: Boitempo, 2012.

O Homem deve, para estar seguro de seu estado de graça, ‘trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado’. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus, de acordo com a inequívoca manifestação de sua vontade. A perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados [...] é condenável à contemplação passiva, quando resultar em prejuízo para o trabalho cotidiano, pois ela é menos agradável a Deus do que a materialização de sua vontade pelo trabalho (WEBER, 1967 p.112).

Quem não trabalha não está de acordo com a vontade de Deus e, aquele que perde tempo com conversas ociosas e não procura algum trabalho, redundando uma perda de trabalho para a glorificação de Deus. O trabalho previne o homem de todas as tentações e da vida desonesta, pois “mente vazia, casa do diabo”. Com efeito, segundo Weber, “o trabalho constitui, antes de tudo, a própria finalidade da vida. A expressão paulina ‘Quem não trabalha não deve comer’ é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça” (Idem p.113). A preguiça e a indolência são pecados mortais que na vida do cristão afasta a graça providencial de Deus.

O mal não estaria no dinheiro em si, mas no uso que fazemos dele. Àquele que tem dinheiro possui uma missão econômica providencial. Nem o rico está isento do trabalho, mesmo que ele não precise disto para sua sobrevivência, ainda permanece o mandamento divino, que deve ser obedecido tanto pelo pobre quanto pelo rico. “Isto porque todos, sem exceção, recebem uma vocação da Providência Divina, vocação que deve ser por todos reconhecida e exercida” (Idem). A diferença de vocações para Lutero é um resultado direto da vontade divina e a permanência de cada um na posição e conforme os limites assinalados por Deus constitui um dever religioso. Para Weber, a doutrina calvinista contribuiu exaustivamente para o desenvolvimento do capitalismo e essencialmente para o trabalho e a partir daí funda-se a doutrina da predestinação. Deus desde o início já havia decidido – 144 mil – compartilharia a salvação eterna, todavia, aqueles que foram condenados deveriam ter uma luta diária espiritual e material para que Deus o pudesse escolher entre seus eleitos. “Em vez dos humildes pecadores, a quem Lutero prometia a graça se a Deus se confiassem em fé penitente, foram produzidos estes santos autoconfiantes, que podemos redescobrir nos rijos mercados puritanos da era heroica do capitalismo” (WEBER, p.77).

Os fieis, entretanto, estavam privados da graça de Deus, logo, não podiam contar com ele, nem com a comunidade, nem com a igreja. Obviamente devido à incerteza da salvação muitos fieis entraram em desespero. Subjaz perceber nestas entre linhas que há, conseqüentemente, uma concorrência por um pedaço do céu. Abre-se, então, uma individuação, ou seja, salve-se quem puder. A ideia central é que o trabalho é o meio de adquirir um lugar entre os eleitos de Deus. O sucesso na vida terrestre não é certeza de salvação, mas um sinal promissor de que Deus o pode salvar e que a graça está acontecendo, afinal como vemos em para-choques de caminhões, “o segredo do meu sucesso é Jesus”.

Este *modus vivendi* levou os crentes a um modo de viver racional, ou seja, um ascetismo secular. “O puritanismo considera, ao contrário da leitura teológica anterior, a riqueza como desejável e apreciável¹⁷”. Portanto, o rico é abençoado e se encontra bem próximo do caminho da salvação enquanto o pobre não tem reconhecimento social algum. Weber pressupõe que a ética protestante deu conteúdo ao espírito do capitalismo. Weber demonstra que o capitalismo tinha uma concepção de trabalho que estava interligada ao ascetismo secular do protestantismo.

Tal concepção influenciou os homens capitalistas à aquisição de bens, ao acúmulo de capital, a agiotagem. Tal acúmulo deveria gerar mais e mais empregos. Esse círculo virtuoso – vicioso, trabalhar, acumular e investigar garantiria o bem estar social. O trabalho que antes era visto como um castigo devido o pecado, passa a ser sinal de prosperidade e benção na vida do crente. O trabalho não seria uma fonte de afirmação pessoal ou até mesmo coletiva, não era valorizado. Era visto como necessidade, uma penitencia a ser realizada para a sobrevivência do homem.

O trabalho foi resignificado, é dado para a salvação de todos serve como um paradigma de expiação dos pecados por isso a relação do crente é direta com Deus, não precisa de intermediários. É interessante notar que aquele que está livre de trabalhos penosos “não olha os que vivem do trabalho com desprezo, mas como contingência causal a que todos foram submetidos, e que ele, por sorte e graça de Deus está livre, porém a sua salvação depende daqueles que trabalham”¹⁸. Os

¹⁷<http://cafecomsociologia.com/2014/09/o-conceito-de-trabalho-em-max-weber.html>

¹⁸<http://cafecomsociologia.com/2014/09/o-conceito-de-trabalho-em-max-weber.html>, Acesso em: 22 out. 2016.

trabalhadores tem um sentido na vida - que é o trabalho – mas estes foram predestinados, não houve escolha da parte deles.

A chance, aqui e agora, de alcançar a salvação se dá necessariamente por meio do trabalho. Este era visto como um castigo, agora passa a ser um meio de glorificação do fiel a Deus. O processo relacional com Deus se dá porque eu trabalho e por isto sou agraciado perante ele. O trabalho após a Reforma é um sinal de afirmação do indivíduo, de reconhecimento perante Deus e a comunidade. A vida feliz encontra-se ligada ao trabalho, enquanto a vida ociosa está ligada ao pecado, a falta da graça.

VIDA DE SÃO FRANCISCO

Francisco nasceu em Assis, Itália, em 1182. Seu pai chamava-se Pedro Bernadone, comerciante, e Joana¹⁹, que provinha de uma família nobre de Provença. Francisco de Assis, como nos conta a Legenda dos Três Companheiros (LTC), depois de adulto exerceu a profissão do pai, contudo, ele era alegre e liberal, entregue a jogos e cânticos. Francisco era liberalíssimo nos gastos “a tal ponto que gastava em jantares e outras coisas *tudo que podia ter*²⁰ e lucrar” (LTC, p. 616). Era cortês nas palavras e nos costumes, não dizia a ninguém nenhuma palavra ou que levasse injúria a outrem. Com tais virtudes, chegou a dizer para si mesmo: “já que és generoso e cortês para com os homens, dos quais nada mais recebe que favor transitório e vão, é justo que, por amor de Deus, generosíssimo em retribuir, sejas cortês e generoso para com os pobres” (Idem.p.617). A partir disso, via os pobres com frequência e dava-lhes esmolas copiosamente.

Em 1202, houve uma guerra entre a nobreza e a burguesia de Assis, guerra que acabou envolvendo a província de Perúgia. Os nobres aliaram-se à nobreza para combater os burgueses de Assis. Com efeito, a burguesia de Assis foi derrotada e Francisco foi feito prisioneiro. Pedro Bernadone, pai de Francisco, o resgata retornando para Assis. Entretanto, Francisco não perde o sonho de ser um cavaleiro e se inscreve para uma guerra no sul da Itália. Após um dia de cavalgada, tendo chegado a Espoleto, a tropa montou acampamento para descanso. À noite,

¹⁹ Cf. Curso de Espiritualidade Franciscana, Frei Celso Márcio Teixeira.

²⁰ Grifo do autor.

ele toma uma decisão inesperada – o biógrafo fala de um sonho: voltaria a Assis, desistindo da cavalaria. Francisco volta, portanto, a trabalhar na loja do pai. Pouco a pouco, foi se afastando dos amigos de festas e serestas. Buscava lugares solitários, tais como igrejas abandonadas, grutas, bosques etc..., essa transformação de Francisco não passava despercebida pelos habitantes de Assis que o considerava louco.

O primeiro biógrafo de Francisco sugere que teria sido nesse período que ele teve um encontro que, segundo o mesmo, marcou o início de sua conversão. O *poverello*²¹ tinha horror a leprosos²². Certo dia se viu diante de um homem deformado por lepra, eles que estava a cavalgar, desceu do cavalo e ofereceu uma moeda ao homem que lhe estendia a mão e deu-lhe um beijo no rosto já mutilado pela doença. A partir de então, visitava-os e confortava-os com frequência. Francisco, então, rompe com seu pai e dedica-se ao serviço dos leprosos e restaura algumas igrejas. Em 1208, na igreja de Santa Maria dos Anjos, ouviu o Evangelho em que Cristo envia os discípulos a anunciar o Reino de Deus. Ao ouvir a explicação do sacerdote, ele disse: “É isto que eu quero, é isto que eu procuro, é isto que eu desejo fazer do íntimo do coração” (1Cel 22,3). Com efeito, Francisco tira os calçados, a roupa do ermitão e coloca uma túnica simples e descalço vive à senhora pobreza.

A DESCOBERTA DA VIDA

Entre os séculos XI e XII, nascem na Europa os assim chamados, “movimentos religiosos”. Quer se trate de Valdo, Norberto de Xanten ou Francisco dentre outros, “e mesmo que seus seguidores se definam ‘humilhados’, ‘pobres de Cristo’, ‘homens bons’, ‘irmãos menores’, em todo caso o que eles reivindicam não tem que ver com questões teológicas ou dogmáticas, artigos de fé ou problemas de interpretação das Escrituras, mas com a vida e o modo de viver [...], que eles denominam vida apostólica” (AGAMBEN, 2004 p.98). Viver apostolicamente significa

²¹ A tradição franciscana o chama assim devido ser o pequenino de Assis.

²² Naquela época, era comum o fato das pessoas terem pavor e nojo dos leprosos. Estes eram excluídos totalmente da sociedade, deveriam andar com sinos no pescoço para avisar que estavam passando para que os sãos pudessem saber e ficar longe deles. Os leprosos, portanto, viviam fora das cidades.

viver segundo a forma dos Santos Evangelhos, isto é, viver em obediência, sem nada de próprio e em castidade. Francisco de Assis vale ressaltar, não estava preocupado em criar uma Ordem, mas como veremos, preocupava-se, no entanto, em viver²³ o Evangelho.

O primeiro grupo de Francisco se reuniu “tomou consciência de si mesmo e do compromisso evangélico, alojado no rústico abrigo de *Rivo Torto*²⁴; logo organizou a primeira saída apostólica: Bernardo e Pedro, por um lado; Francisco e Gil, por outro. Logo a fraternidade dos pobres voluntários foi aumentando com novos companheiros” (HISTORIA FRANCISCANA, 1985 p.39). Quando os penitentes chegaram a doze, Francisco de Assis escreveu a primeira *forma vitae*, os historiadores denominam como regra primitiva²⁵. Os frades afirmavam que a pobreza coincide com a perfeição evangélica por isso a abraçaram de modo fervoroso. Contudo, como afirma Agamben, uma forma de vida que é praticada com rigor por um grupo de indivíduos terá consequência no plano doutrinal da Igreja que poderão levar a conflitos extremos com a hierarquia eclesiástica.

Sabemos, por exemplo, que a reivindicação da pobreza e do *usus pauper* por parte dos franciscanos levou, a certa altura, a um conflito doutrinal interminável com a Cúria Romana, combatido por ambas as partes com abundância de argumentos não só teológicos, mas também jurídicos [...], o foco não era tanto um contraste dogmático ou exegetico, mas a *novitas* de uma forma de vida, à qual era difícil aplicar o direito civil (AGAMBEN, 2014 p.99).

Dado, então, esta novidade, a Santa Sé procurou ordena-la ou inseri-los num movimento já existentes. Por outro lado, quando isso se tornava impossível eram condenados como heréticos. Tais movimentos estavam buscando uma *forma de vida* (grifo nosso) e não uma *regra* (grifo nosso). Os frades queriam apenas viver e não ter um sistema de ideias e doutrinas ou simplesmente “não uma nova exegese do texto sagrado, mas sua pura e simples identificação com a vida, como se eles não quisessem ler e interpretar o Evangelho, mas apenas vivê-lo” (Idem, p. 100). “*Forma de vida*” é nesse caso um “exemplo”, um “paradigma”. “Designa, nesse

²³ Negrito é nosso.

²⁴ Grifo do autor.

²⁵ Isto é, Regra Não Bulada – RNB.

sentido, um modo de vida que, ao aderir estreitamente a uma forma ou modelo, de que não pode ser separado, se constitui por isso mesmo um exemplo” (Ibid, p.101).

Para Francisco, o que está em questão na “regra e vida” não é tanto o ato de preceituar alguma coisa, mas de seguir alguém, isto é, Jesus Cristo. Ou como diz a Santa Clara: *volo sequi vitam et paupertatem altissimi Domini* [quero seguir a vida e a pobreza do Senhor altíssimo] (AGAMBEN ibid La letteratura franciscana)²⁶. Francisco quer viver de acordo com aquela forma, ou seja, de uma vida que, com efeito, no ato de segui-la, ela própria se torna forma, torna-se intrinsecamente ligada à mesma. Vida e regra se confundem, tomam corpo, tornam-se indiscerníveis. “Escolher viver segundo a perfeição do Santo Evangelho” é uma *formula vitae*, não uma regra. Boaventura, 1266, nos afirma que: “a Igreja poderia renovar-se de três modos: segundo a forma de vida, segundo a regra e segundo a doutrina de Cristo por ele propostas” (Idem, p.109). Segundo Agamben, esta tripartição corresponde a três planos em que se encontra estruturada a atividade da Igreja; mas é constatado que a forma de vida não coincide, nem com um sistema normativo nem com um *corpus* de doutrinas. Seria, conseqüentemente, uma exceção entre regra e dogma. De fato, é perceptível que a forma de vida não pode se esgotar numa série de preceitos e normas. A regra é prescindível para uma organização da conduta, mas não deve interferir na liberdade criativa do homem, de fato, vida e regra se confundem se houver liberdade de espírito.

RENÚNCIA AO DIREITO

Faz-se necessário definir a relação entre “regra e vida” e a “forma de vida” franciscana, e, por outro lado, a esfera do direito. É sabido que aqui se encontra o motivo da *disputatio* entre a Cúria Romana e os franciscanos. É de igual importância para seguir o curso do nosso trabalho que começemos a discorrer sobre a pobreza franciscana e os seus pormenores no século XIII. A altíssima pobreza “é o lugar em que se decide a sorte do franciscanismo, tanto no interior da ordem, com o conflito entre conventuais e espirituais, quanto nas relações com o clero secular e a Cúria, que atingem o ponto de ruptura sob o pontificado de João XXII” (Idem, p.115).

²⁶ Altíssima pobreza ibid Francisco, La letteratura franciscana, cit., v.1, p.6.

Em 1279, com a bula Saiu o semeador, o papa Nicolau III, aprovando as teses de Boaventura sobre o *simplex facti usus*, isto é, os franciscanos tendo abdicado de todo o direito, tanto de propriedade quanto de uso, conservam apenas o simples uso de fato sobre as coisas. Todavia, João XXII, na bula Sobre o fundador dos cânones de 1322, ab-roga a decisão de seu predecessor, afirmando a impossibilidade de haver uma separação entre uso e propriedade, e, atribui à ordem a propriedade em comum dos bens de que faz uso. Em outras palavras, João XXII afirma que é impossível estabelecer nem ter o direito de uso ou o uso de fato separado da propriedade ou posse da coisa.

Para os franciscanos, a propriedade se encontra na esfera do pecado, entretanto, não é fruto do pecado. Portanto, como afirma Bórmida, como é necessário lutar contra o pecado para construir um mundo novo, assim também deveríamos lutar contra a propriedade. Por isso, o mundo perfeito tal como Cristo e seus apóstolos, por isso vida apostólica, os franciscanos não podem ter propriedade. É necessário para uma boa compreensão e posicionamento intelectual, inserir neste texto o nome de alguns frades que além de Boaventura se posicionaram frente a esta discussão, são eles: Olivi, Miguel de Cesena, Bonagratia de Bérghamo, Ricardo de Conington, Francisco de Ascoli, Guilherme de Ockham²⁷ e João Peckham. A questão para a ordem e seu fundador era a *abdicatio omnis iuris*, isto é, a possibilidade de uma existência humana que estivesse fora do direito. Os frades ressaltavam que era possível se servirem dos bens sem ter sobre eles direito algum, nem propriedade de uso, esta era a tese dos espirituais. Agamben citando Bonagratia nos afirma que “assim como o cavalo tem o uso de fato, mas não a propriedade da aveia que come, assim também o religioso que abdicou de toda a propriedade tem o simples uso de fato do pão, do vinho e do vestuário” (Idem, p.116). Aqui Agamben assinala que o franciscanismo pode ser definido como uma novidade impensada, nas atuais condições da sociedade, “*como a tentativa de realizar uma vida e uma prática humanas absolutamente fora das determinações do direito*”²⁸ (Idem).

Giorgio Agamben nos orienta que

²⁷ Ockham teve bastante influência na disputa sobre a pobreza, escreveu inúmeras vezes contra o papa João XXII. Para melhor entendermos o processo da disputa, neste texto citaremos Ockham por ser o protagonista da Ordem no século XIII.

²⁸ Grifo do Autor.

A comparação da forma de vida franciscana com uma vida animal em Bonagratia e Ricardo de Conington corresponde fielmente à importância especial que os animais têm na biografia de Francisco (a pregação aos pássaros, a libertação da ovelha e dos cordeirinhos, o amor pelos vermes [...]). Se por um lado, os animais são humanizados tornando-se “irmãos” [...], em compensação, os irmãos são equiparados, do ponto de vista do direito, a animais (Idem, p.117).

No filme *Gaviões e passarinhos*, de Pier Paolo Pasolini vemos duas histórias simultâneas. Uma da sociedade moderna e outra medieval sobre a política e a sociedade. Pai e filho andam acompanhados por um corvo que vive anunciando o fim da história; noutra cena temos dois frades franciscanos que saem para pregar aos gaviões e também aos passarinhos. Os frades são bem espontâneos em sua pregação. Espontaneidade é um termo essencial para a vida religiosa franciscana, Francisco que fazia as coisas sempre de forma espontânea e criativa queria que os frades assim também o fizessem cada um ao seu modo. Quando saem para pregar aos pássaros, pregam com formalidade, com normas e com isso, a experiência da alteridade é anulada pela sistematização, ou melhor, pela racionalização do sagrado. Os frades, então, começam a pregar, mas sua pregação não surge efeito nenhum. Claro, o filme tem um pano de fundo por trás que quer mostrar uma metáfora dos ricos e dos pobres. Ambos escutam a pregação, mas não mudam de atitude, ou seja, o rico não deixa de garantir sua vida pela morte da vida do pobre e o pobre não consegue fazer uma revolução frente ao seu adversário, pois o que lhes faltam é organização, consciência de classe. Os frades, portanto, se frustram e só conseguem resolver a situação quando Frei Cecílio, opta por fazer mimica dos gestos dos pássaros e seus sons. Consequentemente, os frades entendem que é necessário se rebaixar, sair de seu *status quo* e se colocar num registro de igualdade diante de toda a criação. De fato, é isso que Francisco de Assis faz quando chama o lobo de irmão e se iguala a um vermezinho. Tira o homem da centralidade e o coloca em paridade com a criação.

O próprio termo frades menores neutraliza o direito em relação à vida. Este termo traz implicações jurídicas. Por ser menor, do ponto de vista jurídico, “os franciscanos são tecnicamente [sob o direito de outro, isto é, sem direito próprio], comparados ao [...] [filho da família] e ao menor submetido à tutela de um adulto [sujeito à lei]” (Idem, 117). Segundo Agamben, no livro *Apologia dos pobres*, Boaventura desenvolve esse argumento com precisão, chamando em causa o

direito romano. Ele afirma que, se os cristãos são, segundo o direito comum, filhos do mesmo pai, ou seja, do pontífice, e como estão submetidos a sua autoridade, mas, enquanto filhos emancipados, capazes de dispor dos bens eclesiásticos, os frades menores, são, ao contrário, como crianças e filhos de família submetida inteiramente ao pai, e sendo menores, são incapazes juridicamente, de possuir alguma coisa, pois a propriedade pertence somente aos maiores, ou seja, aos pais, com efeito, os franciscanos só podem usar as coisas.

Por este motivo, que Francisco se denomina como pequeno, mas também como louco, porque não pode adquirir por usucapião a propriedade de um bem, mesmo que se encontre em sua posse. No estado de inocência tudo era de todos. O direito positivo só começa a existir com a queda. O pecado para os franciscanos, não foi a causa da propriedade e do poder, com efeito, é somente sua ocasião. Com isso, o pecado ele atua de forma condicionante da origem histórica do sistema de propriedade e governo. E de onde procede a autoridade? Se ela proceder de Deus as propriedades dos infiéis e dos pagãos serão ilegítimas. De outro modo, se não proceder de Deus, as propriedades tanto dos pagãos, dos infiéis quanto dos católicos, serão legítimas, como os acordos pre cristãos que estabeleceram assim o sistema jurídico de apropriação.

Antes do pecado poderíamos falar até em um “comunismo original” porque tudo era de todos, não existia um poder soberano que abarcasse a vida nua, mas o homem exercia certo senhorio sobre as coisas que subtraía todo o tipo de discórdia. Deus tinha concedido a Adão e Eva o direito de usar, *potestas utendi*. Com efeito, depois do pecado aparece o direito de dividir e apropriar-se da terra. Parcelada a terra, aparece a propriedade privada. Os franciscanos na renúncia dos bens, com a pretensão de possuir o que pertence a Deus, torna-se senhor de todas as coisas, em dono do universo. “Baseado nisso, Bonagratia, desenvolvendo as teses de Boaventura, pode afirmar que, assim como, no estado de inocência, o homem tinha o uso das coisas, mas não a propriedade, também os franciscanos, seguindo o exemplo de Cristo e dos apóstolos, pode renunciar a todo direito de propriedade, mantendo, porém, o uso de fato das coisas” (Idem, p.118). Fica visível, portanto, que com o retorno ao estado de natureza precedente à queda “e a separação da propriedade com relação ao uso constituem o dispositivo essencial de que se

servem os franciscanos para definir tecnicamente a condição peculiar que eles denominam ‘pobreza’” (Idem p.119).

Guilherme de Ockham, em 1329, parte do princípio segundo o qual, em caso de extrema necessidade cada um tem por direito natural o recurso de utilizar as coisas de outrem. O pontífice afirmara que era impossível existir diferença entre o direito e licença e, portanto, não existir para os frades uma licença de uso que esteja separada do direito de uso. Ockham distingue o direito natural de uso, que é inato ao homem e vale apenas em caso de necessidade e o direito positivo de uso “que deriva ‘*ex constitutione aliqua vel humana pactione* [de alguma constituição ou algum pacto humano]” (Idem p.120). Com efeito, “os frades menores, afirma Ockham, mesmo não tendo direito positivo algum sobre as coisas que usam, têm sobre elas, no entanto, um direito natural, mas limitado ao caso de extrema necessidade” (AGAMBEN *ibid* OCKHAM). Os franciscanos renunciaram a todo direito de apropriação, mas não ao direito natural de uso. Sendo este natural, logo, é irrenunciável. Com esta tese de Ockham percebemos uma indiscernibilidade, pois se mantém dentro e fora do direito e, ao mesmo tempo responde ao pontífice de não privar os franciscanos do recurso natural, logo, limita-o, porém ao caso de extrema necessidade. Agamben nos convida a observamos que

Isso significa que os frades menores efetuam uma inversão e, ao mesmo tempo, uma absolutização do estado de exceção: no estado normal, em que aos homens cabem direitos positivos, eles não têm direito algum, mas apenas licença de uso; no estado de extrema necessidade, eles recuperam uma relação com o direito (natural não positivo). [...], a necessidade, que dispensa os frades menores da regra, restitui-os ao direito (natural); fora do estado de necessidade, eles não têm relação com o direito. O que para os outros é normal torna-se para eles a exceção; o que para os outros é exceção torna-se para eles uma forma de vida (AGAMBEN, p.120, 2014).

A escolha franciscana é da desapropriação que é a interpretação teológica que os medievais entendiam como seguimento de Cristo. Jesus se desapropria da natureza divina para se rebaixar ao homem. A ideia de imitação de Cristo é ser como ele até o ponto de ir à sua paixão, ou seja, ser verdadeiramente um imitador. Para os franciscanos, o que possibilita o discipulado não é saber sobre Cristo Jesus, mas viver como ele viveu. A pobreza necessariamente atinge a vontade, o corpo e os bens exteriores. O domínio sobre os outros e à propriedade não existe.

Diferente de algumas interpretações sobre a vinda de Cristo sobre a terra, os franciscanos nos adverte que o motivo de Deus ter se encarnado não foi o pecado. Mesmo que a humanidade não tivesse pecado, Cristo se encarnaria por amor aos homens. Em suma, é possível viver como no paraíso para os franciscanos. Concebido tal tese, percebemos que o discurso franciscano era influenciado pelo milenarismo tendo seu protagonista, Joaquim de Fiori. O pecado passa a ter, portanto, valor moral, pois ele não é a condição máxima para a vinda de Cristo. Ele continua a ser a separação entre Deus e os homens, mas, no entanto, moral. Francisco de Assis entende que a criação não é perversa, pelo contrário ela é boa e, há aqui uma cristificação do universo, pois ao se encarnar a criação inteira muda.

CONCEITO DE TRABALHO PARA OS FRANCISCANOS

Nas fontes franciscanas, corriqueiramente o termo trabalho aparece nas admoestações de Francisco. A sociedade do século XIII estava sob forte impulso de desenvolvimento econômico, entretanto, era dominada pela economia do lucro. “Francisco apresentou uma proposta de trabalho em vista do ‘ser’ e que permitisse ao homem degustar a vida” (DIC.FRANCISCANO, 1999 p. 942). Francisco também chama aos homens a reconhecer e a colocar Deus e os valores transcendententes na base de todo o crescimento humano.

Na Regra Bulada (RB), Francisco vê o trabalho como graça, pois “aos irmãos, aos quais o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem fiel e devotamente [...]. Quanto à retribuição do trabalho, recebam humildemente para si e seus Irmãos o que for necessário ao corpo, exceto moedas ou dinheiro, e isso como convém a servos de Deus e seguidores da santíssima pobreza” (RB, 2004 p.67). O trabalho é um dom gratuito para o desenvolvimento do homem e do mundo. Percebe-se que o salário é a esmola e, portanto, vemos uma orientação para o caminho da mendicância. Quando Francisco se refere ao trabalho como graça ele afirma que este é dom, é ação do Espírito Santo, pois “não extingam o espírito da santa oração e devoção” (Idem).

São Francisco percebe que os tipos de trabalho que os frades deveriam exercer vão depender dos dotes pessoais e da aceitação de cada um do dom que Deus concede de trabalhar. O trabalho dirige o homem a Deus permitindo que todos

os homens sintam a presença do Altíssimo em seu ser. O trabalho é graça porque permite o sustento, evita o ócio e deve ser realizado com fidelidade e devoção.

O pagamento do trabalho deveria ser destinado para o necessário, ou seja, para si, para os irmãos e para os pobres. Francisco não queria que os frades acumulassem dinheiro por isso proíbe de receber moeda ou quantia em espécie. Tal, com efeito, a mendicância era um convite a todos os homens para redescobrir a gratuidade divina em todas as coisas.

O trabalho seria o intercambio dos dons de Deus e da criação, o trabalho é graça porque torna presente o amor de Deus e por isso deve ser feito com alegria, paciência e em total liberdade. O homem transforma a realidade humana por meio do trabalho e imprime o selo cristão neste. Por que somos coparticipantes da obra da criação, o trabalho é graça. Se não for levado a sério como uma resposta da vocação que Deus dá ao homem, o trabalho torna-se coisa, isto é, estará num processo de alienação que significa exterior a nós. Se não for levado com o espírito de oração ele torna-se cansaço, um peso que devemos carregar, mas Francisco quando pede aos frades que trabalhem com as mãos é justamente esta teologia, do trabalho como alegria e firmeza na alma, que deseja que seus seguidores entendam.

Francisco estava convencido que sem ações concretas “as nossas nobres ideias são fantasmas” e os nossos santos desejos são simples ilusões. “Ele era fã de ressaltar que ‘uma pessoa é tão estudada somente quanto suas ações o demonstram; e um religioso é bom pregador somente quanto suas obras o demonstram’”²⁹. A educação franciscana deve ser voltada para a práxis, para o trabalho.

A prevalência da prática, que percebemos em Francisco, modela o jeito de ser franciscano e isso se torna visível na teologia franciscana. A teologia na visão franciscana não era uma ciência especulativa (como a filosofia), os frades a definem como uma ciência prática, ou seja, voltada para a existência humana como forma de libertação do indivíduo. Boaventura dizia que a função da teologia é tornar-nos bons. Enquanto a teologia especulativa visava em primeira instância à contemplação da

²⁹ A educação franciscana como um agente de transformação, carta do Ministro Geral Frei Michael Antony Perry, ofm, para o V Congresso dos centros franciscanos de estudo superiores Iberoamericanos.

verdade que é Deus, a teologia prática tem seu clímax não apenas na contemplação, mas na fruição do amor por Deus e em Deus.

O trabalho é um caminho à santidade, é uma maneira concreta de demonstrar o amor por Deus e pelo próximo. Para Francisco, qualquer trabalho honesto pode servir de benção para a vida pessoal de qualquer pessoa e um benefício para seus irmãos e irmãs. O que vale para Francisco é a dignidade do trabalho e da pessoa humana, isto é, não importa se é uma mãe de família que varre a casa, um camponês que ara a terra, um médico que está a fazer cirurgia, todos os trabalhos são “franciscanos”.

Percebemos, com efeito, a salutar diferença entre a lógica do trabalho na ética protestante e a ética do trabalho procedendo da pobreza no movimento franciscano. Enquanto para aqueles à ideia de *summum bonum* se encontra no acúmulo de riquezas, para estes, a ideia de sumo bem se encontra na “altíssima pobreza”. O Evangelho para os franciscanos é encarnado, ou seja, é vida cotidiana é um perfazer-se sempre. De fato, em meio à lógica capitalista de uma sociedade onde a concorrência do mercado leva a dizimação de muitos, Agamben nos propõe um modo criativo de fazer política e de pensar a sociedade hodierna. Assim como Francisco de Assis fez de dois gravetos um violino, a vida, a política deve ser vivida e feita da mesma forma, isto é, criativa e livre. A comunidade que vem deve estar baseada na lógica de uma economia baseada no *nós* e não no *eu*. Deve visar um laço que une a todos, pode parecer utópica ou até mesmo o pensamento agambeniano cair num conservadorismo, mas a comunidade que vem é esta que está longe e ao mesmo tempo perto de nós. Subjaz pensar tal comunidade com a ordem franciscana porque ela engloba tudo sem fazer polarizações de grupos e seguimentos. A ética protestante com seu processo de racionalização chega ao seu fim diante da “altíssima pobreza” e da teologia econômica,³⁰ chega ao fim com a visão de igualdade e fraternidade que a ordem franciscana traz em seu seio.

³⁰ Ver em O Reino e a Glória - editora Boitempo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima pobreza**: regras monásticas e formas de vida. Trad. Selvino J. Assman. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a Crédito**. Trad. Alexandre Werneck. Ed. Jorge Zahar, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. Trad. Nélío Schneider. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DICIONÁRIO FRANCISCANO. Trad. Almir Ribeiro Guimarães; Edinei da Rosa Cândido. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FONTES FRANCISCANAS. Org. Dorvalino Francisco Fassini. Santo André, SP: O Mensageiro de Santo Antônio, 2004.
- HISTÓRIA FRANCISCANA. Trad. Adelar Rigo e Marcelino Carlos Dezen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- JINKINGS, Ivana; SADER, Emir. **As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda**. Org; Trad. Paula Almeida... et al. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PASOLINI, Pier Paolo. **Gaviões e Passarinhos**. Filme. Itália, 1969.
- SANSON, Cesar. **O conceito de trabalho em Max Weber**. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2014/09/o-conceito-de-trabalho-em-max-weber.html>>.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsanyi. Brasília, Ed. UnB; São Paulo, 1981.

Artigo recebido em: 19/11/2016

Artigo aprovado em: 01/10/2018

Artigo publicado em: 11/12/2018